



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Engenharia e Ciências
Câmpus de Rosana



JOÃO VITOR DA SILVA SEMENSATO

TURISMO E PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS: UM ESTUDO MULTIMÉTODO
DE DEMANDA, MOBILIDADE E HOSPITALIDADE

Rosana

2025

JOÃO VITOR DA SILVA SEMENSATO

TURISMO E PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS: UM ESTUDO MULTIMÉTODO
DE DEMANDA, MOBILIDADE E HOSPITALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Turismo da Faculdade de Engenharia e Ciências - Câmpus de Rosana, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador (a): Prof. Dr./Me. / Profa. Dra./Ma.

Rosana

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

S471t

Semensato, João Vitor da Silva

Turismo e pessoas transexuais e travestis : Um estudo multimétodo de demanda, mobilidade e hospitalidade turismo e pessoas transexuais e travestis: um estudo multimétodo de demanda, mobilidade e hospitalidade / João Vitor da Silva Semensato. -- Rosana, 2025
47 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Turismo) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Engenharia e
Ciências, Rosana

Orientador: Fausi Kalaoum

1. Turismo e pessoas transexuais e travestis: um estudo
multimétodo de demanda, mobilidade e hospitalidade. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

JOÃO VITOR DA SILVA SEMENSATO

TURISMO E PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS: UM ESTUDO MULTIMÉTODO
DE DEMANDA, MOBILIDADE E HOSPITALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Turismo da Faculdade de Engenharia e
Ciências - Câmpus de Rosana, Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como
parte dos requisitos para obtenção do grau de
Bacharel em Turismo.

Rosana, ____/_____/_____.

Componentes da Banca Examinadora:

Presidente e Orientador: Nome e título, Câmpus de Rosana, Universidade Estadual Paulista Julio de
Mesquita Filho

Membro Titular: Nome e título, Câmpus de Rosana, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita
Filho

Membro Titular: Nome e título, Câmpus de Rosana, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita
Filho

RESUMO

Embora a investigação científica sobre gênero e orientação sexual no setor do turismo no Brasil tenha progredido, os estudos que abordam especificamente mulheres transgênero, travestis e indivíduos não binários continuam a ser insuficientes. Esta investigação tem como objetivo analisar a participação deste grupo em atividades turísticas no Brasil, as suas condições de viagem e a hospitalidade e violência que enfrentam. Empregando uma abordagem exploratória descritiva que combina métodos qualitativos e quantitativos, o estudo utilizou um questionário online (37 respostas válidas) e entrevistas aprofundadas, complementadas por estatísticas descritivas e análise de conteúdo. Os resultados indicam que a maioria dos participantes tem baixos rendimentos e educação limitada, o que restringe a sua capacidade de participar repetidamente em atividades turísticas. Eles relataram sentimentos de insegurança em alojamentos, atrações e restaurantes, juntamente com várias formas de violência e violência simbólica, incluindo desrespeito pelos nomes e pronomes que escolheram. A conclusão postula que, para esses indivíduos, as atividades turísticas são inerentemente acompanhadas pela gestão de riscos. Isso ressalta a urgência de desenvolver políticas públicas e implementar práticas de hospitalidade inclusivas para pessoas transgênero, a fim de garantir segurança, reconhecimento e dignidade durante toda a experiência turística.

Palavras-chave: Turismo; Pessoas Transexuais e Travestis; Hospitalidade.

ABSTRACT

Although Brazilian scientific production in tourism that deals with gender and sexuality is gaining ground both in journal publications and in national scientific events in the field, when narrowing this research down to transgender women and transvestites, there is still little production. A recent study by the Universidade Estadual Paulista (2021), Unesp, indicates that between 2 and 3% of Brazil's total population identifies as transgender and non-binary, which in absolute numbers is around 4 million people. Although these dissident bodies represent a small portion of the population, research in the humanities and applied social sciences is important not only to seek discoveries but also to give visibility to the discussions and agendas of these people who still—and with recent international political changes—often occupy marginalized spaces in society. As stated, this work initially had the main objective of identifying access to tourism by the female transgender and transvestite community in the national territory. Transgender is understood as a spectrum of gender identity contained within the transgender group, that is, any and all people who do not identify with their biological sex (female or male). However, during the research, it was difficult to collect data from this specific group, so the scope was expanded to include non-binary people. The specific objective was to identify whether these groups suffer or have suffered violence while performing the role of tourists. To this end, the concept of tourist mobility (of bodies) and hospitality was addressed. It thus seeks to identify the movements (or immobility) that these bodies make when traveling, in addition to attempting to identify the performances that occur when this dissident body encounters urban and so-called tourist spaces (hospitality). Thus, it is a study with both a qualitative and quantitative approach, descriptive and exploratory typology, and uses descriptive statistical methods and content analysis to present the results. As for the main results, a considerable portion of respondents stated that they had suffered some type of violence in tourist establishments and tourism support establishments. With regard to difficulties: as this is also quantitative research, the distribution of the questionnaire presents some difficulties, requiring the adoption of strategies such as publication in online community forums to overcome this obstacle. The results show that part of the trans population interviewed does not have regular access to tourism, which may be correlated with low education levels and low family income. In addition, almost all of them state that they have suffered some type of violence in tourist destinations, which indicates a lack of preparation to deal with this specific social segment.

Keywords: Tourism; Transgender People and Transvestites; Hospitality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 CONCEPÇÕES GERAIS DE GÊNERO E DISSIDÊNCIA DE GÊNERO	11
2.2 TURISMO DE PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS: MOBILIDADES E HOSPITALIDADE	14
2.3 MOBILIDADE E HOSPITALIDADE QUANTO AO TURISMO DE PESSOAS LGBTQIAPN+ NO BRASIL	18
3 MÉTODO.....	20
4 DISCUSSÃO E RESULTADOS.....	22
4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS PESSOAS TRANS E TRAVESTIS RESPONDENTES	22
4.2 CONDIÇÕES DE ACESSO AO TURISMO E PERFIS DE PRÁTICA TURÍSTICA	23
4.3 VIVÊNCIAS DE INSEGURANÇA, ACOLHIMENTO E VIOLÊNCIA NOS ESPAÇOS TURÍSTICOS	26
4.4 ESPAÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE: ENTRE O MEDO, A VIGILÂNCIA E O DESEJO DE CIRCULAR.....	28
4.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: INDO ALÉM DO QUANTITATIVO.....	30
4.6 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E EXPECTATIVAS POR HOSPITALIDADE TRANS INCLUSIVA	31
5 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE.....	40

1. INTRODUÇÃO

Indivíduos que personificam a dissidência de gênero (ou seja, aqueles que estão além das normas convencionais, como as pessoas transexuais, travestis, pessoas não binárias, transmasculinas e transfemininas, pessoas intersexo e sujeitos com expressão de gênero não conforme, entre outras possibilidades, geralmente enfrentam vários desafios em sua vida cotidiana, que incluem o preconceito e a discriminação, que podem se manifestar em diversos contextos, como no mercado de trabalho, no ambiente escolar ou em interações sociais. Estudos como os Chang Chung, 2015; Rodríguez Madera, *et al.*, 2017 têm investigado como essas dificuldades se manifestam nos contextos familiar, educacional, de trabalho e de saúde.

Embora exista uma produção ampla sobre turismo LGBT, a literatura específica sobre motivações e experiências turísticas de mulheres trans e travestis ainda é escassa, especialmente no Brasil, o que mantém lacunas sobre escolha de destinos, percepção de segurança e protocolos de hospitalidade trans-inclusiva (Monterrubio *et al.*, 2020).

O Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo, conforme apontam relatórios da Organização Não Governamental (ONG) *Transgender Europe* (2023). Em 2023, o país registrou mais de 130 assassinatos de pessoas trans, uma cifra que reflete não apenas a violência física, mas também a falha em implementar políticas públicas eficazes que protejam essa população. Segundo ativistas, a violência está frequentemente ligada ao preconceito estrutural e à desinformação, com muitas vítimas sendo marginalizadas e forçadas à prostituição como único meio de sobrevivência. Além da violência física, essas pessoas enfrentam também abusos psicológicos e exclusão social, criando um ciclo de vulnerabilidade e invisibilidade (Freire, 2023).

Pesquisas recentes indicam que mulheres transexuais enfrentam desafios significativos para encontrar e manter emprego devido ao preconceito. De acordo com um estudo divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2023), a taxa de desemprego entre pessoas trans no Brasil ultrapassa 90%, agravando a vulnerabilidade socioeconômica dessa população. Além disso, muitas mulheres trans relatam que, mesmo quando conseguem trabalho, enfrentam ambientes hostis, onde são frequentemente alvo de assédio ou desrespeito em razão de sua identidade de gênero. O impacto psicológico dessa exclusão vai além do estresse financeiro, afetando também sua autoestima e a integração social (Oliveira, 2023).

A situação no Brasil demonstra que não se trata apenas de incidentes isolados de violência, mas sim de verdadeiros assassinatos seletivos de mulheres trans e mulheres transgênero. Os dados mais recentes do Arquivo de Assassinatos e Violência contra Mulheres

Trans e Pessoas Trans no Brasil de 2024, compilados por Bruna G. Benevides (2025) em colaboração com a ANTRA, revelam que 122 pessoas trans morreram no Brasil durante 2024, 117 das quais eram drag queens ou mulheres trans. O Arquivo Brasileiro de Assassinatos e Violência contra Pessoas Transgênero em 2024, compilado por Benevides em parceria com a ANTRA, revela que 122 mortes de pessoas transgênero foram registradas no Brasil durante 2024, sendo 117 envolvendo artistas drag ou mulheres transgênero. Isso marca o 16º ano consecutivo em que o Brasil lidera o *ranking* global de taxas de assassinatos de pessoas transgênero.

A exclusão e a instabilidade no mercado de trabalho não só afetam o rendimento e o emprego, mas também remodelam o tempo de lazer, as viagens e as atividades recreativas, influenciando a forma como as mulheres transgêneros e os travestis planeiam e vivem as viagens e o turismo. A instabilidade econômica, experiências anteriores de discriminação e a necessidade constante de afirmar nomes sociais e pronomes tornam as viagens uma atividade de gestão de risco. Consequentemente, compreender as necessidades turísticas deste grupo requer associar as desigualdades laborais à hospitalidade, segurança e reconhecimento, precisamente por isso este estudo adota tal abordagem analítica (Lubitow *et al.*, 2017).

Para tal, esta pesquisa teve como objetivo principal o de o acesso ao turismo por parte da comunidade transexual feminina e travesti no território nacional. Ademais, buscou-se também identificar as formas de violência e inseguranças sofridas por esse grupo. Como proposta de encaminhamentos futuros, elaborar-se-á uma proposta de atualização do documento oficial do Governo Federal intitulado “Dicas para atender bem o turista LGBTQIA+”, elaborado e publicado na terceira gestão do governo Lula. Em outras palavras, apensar de ter finalizado dentro deste edital, esta pesquisa seguirá ocorrendo, buscando trazer soluções e encaminhamentos para práticos, superando, assim, a discussão puramente teórica.

Motivações de viagem e experiências turísticas de pessoas transexuais e travestis foram amplamente incluídos sob a égide de lésbicas, gays, bissexuais e turismo transgênero. A maior parte do que é conhecido atualmente sobre este segmento de mercado internamente foi desenhado através de estudos empíricos de viajantes gays e lésbicas (Monterrubio, 2019). No entanto, outras dimensões importantes relacionadas com as experiências das pessoas transexuais têm sido negligenciadas, como é o caso das práticas associadas ao turismo. Pouco se sabe sobre as motivações e experiências dos indivíduos transexuais e travestis, o que contribuiu para um conhecimento teórico limitado desta população específica (Monterrubio *et al.*, 2020).

Para a construção deste referencial teórico foram feitas pesquisas com o emprego das palavras-chave: “Turismo”; “Transexuais”; “Travestis”; “Transgênero”. Historicamente, as pesquisas sobre turismo relacionadas a indivíduos transgêneros e travestis têm sido incluídas no amplo rótulo LGBT, com foco principal em viajantes gays e lésbicas. Essa estrutura obscurece as nuances de gênero e projeta as conclusões de estudos sobre orientação sexual nas identidades transgênero, resultando em lacunas em relação à seleção de destinos, percepções de segurança e protocolos de hospitalidade inclusivos para transgêneros (Bento, 2017).

Dessa forma, as análises sobre turismo de pessoas transexuais e travestis foram amplamente incluídos sob a égide de lésbicas, gays, bissexuais e turismo transgênero. geralmente negligenciam as nuances de gênero, concentrando-se predominantemente na orientação sexual dos viajantes. O gênero diz respeito à forma como os indivíduos se identificam e se expressam (masculino, feminino, não binário, etc.), enquanto a orientação sexual denota a direção da atração emocional e sexual (por quem um indivíduo se sente atraído). Confundir estas dimensões leva a análises que ignoram as experiências específicas das mulheres trans e travestis no turismo (Jesus, 2018; Antra, 2024).

No entanto, a vivência de pessoas trans e não binárias no contexto turístico pode ser significativamente diferente da de indivíduos que se identificam apenas pela orientação sexual, como gays e lésbicas. As experiências dessas pessoas são frequentemente marcadas pela conformidade ou resistência às normas de gênero, o que influencia sua recepção em diversos destinos e serviços turísticos.

Além disso, o gênero afeta diretamente a percepção de segurança e conforto durante as viagens. Mulheres trans, por exemplo, enfrentam maior risco de discriminação e violência em comparação com homens gays, devido às expectativas sociais rígidas em torno da expressão de gênero. Em certos destinos turísticos, a visibilidade de uma identidade trans pode aumentar a vulnerabilidade a assédios e agressões, afetando suas decisões de escolha de destinos e tipos de hospedagem, bem como sua disposição para interações culturais durante a viagem (Bento, 2017).

O impacto do gênero nas interações sociais também se reflete nas opções de lazer e entretenimento disponíveis para o público de pessoas transexuais e travestis foram amplamente incluídos sob a égide de lésbicas, gays, bissexuais e turismo transgênero. Homens gays, muitas vezes, encontram mais espaços e atividades voltados para sua socialização em ambientes turísticos, enquanto mulheres lésbicas e pessoas trans relatam uma menor variedade de opções adaptadas às suas necessidades e preferências. Isso evidencia

como as normas de gênero e as expectativas sociais moldam a oferta turística e como a comunidade LGBT interage com esses espaços, reforçando a necessidade de análises que incluam a perspectiva de gênero no turismo inclusivo.)

Para alcançar tais resultados, esse trabalho teve abordagem tanto quantitativa quanto qualitativa, utilizando das técnicas de pesquisa de questionário e aplicação de entrevista. Enquanto tipologia, adotou-se a exploratória e descritiva. Dada a dificuldade de encontrar o público-alvo dessa pesquisa (mulheres transexuais e travestis), decidiu-se por fazer a divulgação em fóruns e comunidades on-line. Também, de maneira complementar, utilizou-se a técnica de bola de neve, na qual uma pessoa indica outra para responder a pesquisa. No que diz respeito do referencial teórico, buscou-se discutir sobre questões de gênero, mobilidades e hospitalidade.

Enquanto principais resultados, obteve-se que parte das entrevistadas não tem acesso recorrente à atividade turística. A maior parte também não teve acesso ao ensino superior, o que pode indicar uma correlação com a baixa renda individual e familiar. Especificamente sobre o turismo, a maior parte indica que já sofreu algum tipo de violência em destinos, como, por exemplo, o desrespeito ao nome social. Essa constatação indica que há a necessidade de qualificação dos profissionais nos destinos a fim de tornar o Brasil um país mais hospitaleiro para esse grupo social. Indica-se também a necessidade de documentos oficiais do governo federal que foquem no bem receber de pessoas trans.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEPÇÕES GERAIS DE GÊNERO E DISSIDÊNCIA DE GÊNERO

A atual conceituação de gênero, segundo Lamas (2000, p. 3),

[...] refere-se ao conjunto de práticas, crenças, representações e prescrições que surgem entre os membros de um grupo humano com base em uma simbolização da diferença anatômica entre homens e mulheres. Como tal, o gênero é socialmente construído e as suas expressões específicas, incluindo a masculinidade e a feminilidade, dependem do grupo social e cultural em que se desenvolvem (Lamas, 2000, p. 3).

Para entender as construções de gênero, o contexto cultural específico em que são desenvolvidos deve ser entendido. Como todas as construções sociais, o gênero pode ser modificado, mas certas transformações deste podem ser percebidas como transgressões de normas sociais (Monterrubio *et al.*, 2020).

Na maioria das culturas do mundo, as pessoas são atribuídas ao sexo masculino ou feminino com base nos seus órgãos genitais ao nascer. Rodríguez Madera (2009, p. 35) observa que “a categoria de gênero foi projetada para ser vista em preto e branco”. Indivíduos que nascem com pênis são designados para o gênero masculino, enquanto aqueles que nascem com vulva são agrupados como femininos.

No entanto, esta dicotomia é, por vezes, descartada, uma vez que a categoria de gênero como *hijra* na Índia, *kathoey* na Tailândia ou *muxes* no México mostram que um terceiro gênero ou pelo menos construções de gênero que não respondem a um gênero binário (ou seja, masculino ou feminino) são reconhecidos (Herdt, 2020).

Nas sociedades definidas por dois gêneros, as pessoas que mantêm uma identidade de gênero e expressão correspondentes ao sexo biológico que eram nascidos com são chamados de “cisgênero”, que pode ser abreviado para “cis” (Aultman *et al.*, 2017). Em contraste, “transgênero” ou “trans” refere-se a indivíduos cuja apresentação ou identidade de gênero difere dos ideais normativos relativos ao sexo biológico (Monterrubio *et al.*, 2020).

A identidade de gênero é uma experiência interna e pessoal de se reconhecer como masculino, feminino, ambos ou nenhum dos dois, independentemente das características físicas ou biológicas com as quais a pessoa nasceu. Isso significa que a identidade de gênero não está vinculada ao corpo físico, mas sim à maneira como o indivíduo se identifica e vive seu gênero, podendo ou não estar em conformidade com as expectativas sociais baseadas no

sexo biológico (Monterrubio *et al.*, 2020). A figura abaixo ilustra conceitos relacionados ao gênero e à sexualidade e suas classificações:

Figura 1 – Introdução à identidade de gênero e LGBTQIA+



Fonte: perfil do Instagram @ongvivadiversidade.

Neste contexto, a visão binária de gênero pode ser entendida como uma construção cultural fictícia que se torna uma camisa de força para aqueles com corpos engendrados. A última abordagem do gênero representa-o como um espectro que inclui uma multiplicidade de representações que ainda são fortemente influenciadas pelos padrões sociais, mas são manifestações da subjetividade dos indivíduos (Monterrubio *et al.*, 2020).

Pessoas que estão fora de alinhamento com a perspectiva binária tradicionalmente imposta podem ser descritas como dissidentes de gênero porque reivindicam o direito a uma forma de estar no mundo diferente daqueles impostos pela sua cultura (González Ortuño, 2017). Uma consequência vivenciada por indivíduos trans como dissidentes de gênero é o estigma social.

O sistema heteronormativo é hierárquico e subjuga todos aqueles considerados como desviantes, anormais e patológicos por possuírem uma sexualidade considerada dissidente, ou seja, não heterossexual. Travestis e transexuais, tomados principalmente pelo discurso médico e jurídico, tornam-se sujeitos deslegitimados socialmente (Moreira et al., 2018).

O discurso, segundo Butler (2003), reitera práticas violentas, sexistas e transfóbicas, delimita lugares de pertencimento e comportamentos, bem como configura identidades. Sujeitos e corpos que não se enquadram no discurso hegemônico são considerados abjetos, isto é, inferiores, ilegítimos e desprovidos de direitos. Nesse contexto contemporâneo, há uma crescente luta política pelo reconhecimento da diversidade de gênero, impulsionado por movimentos sociais e avanços (mas também retrocessos) em políticas de direitos humanos. A discussão sobre gênero e dissidência de gênero não apenas desafia as normas binárias, mas também questiona a ideia de que o gênero é um aspecto fixo ou determinado exclusivamente pela biologia, o que nos leva ao debate sobre os estigmas sociais.

Esta teoria refere-se à desaprovação ou discriminação contra indivíduos com base em características sociais perceptíveis que distinguem de outros membros da sociedade (Kleinman; Hall-Clifford, 2009). O estigma social coloca as pessoas trans em situações vulneráveis na sua vida cotidiana, resultando num elevado risco de problemas de saúde, subemprego, desemprego, pobreza, redução do acesso aos serviços de saúde, educação, segurança pública, lazer e entretenimento.

O estigma social está inextricavelmente ligado à transfobia (ou seja, atitudes e crenças sobre linguagem depreciativa aplicada e violência contra indivíduos trans). Isto, por sua vez, está ligado ao cisgenerismo (uma ideologia cultural sistêmica que nega ou patologiza identidades de gênero que não estão em conformidade com aquele atribuído ao nascer) (Lennon; Mistler, 2014).

A travestilidade abarca múltiplas experiências cotidianas, nas quais o corpo é continuamente (re)inventado em processos de construção e desconstrução identitária. Essa dinâmica rompe com os ditames do imperativo heterossexual e desafia a lógica da cishnormatividade, conforme o conceito de performatividade de gênero proposto por Judith Butler (2000).

[...] comporte uma ambigüidade, o que causa incertezas, dúvidas nos códigos de inteligibilidade, pois este é o termo que passou a designar o movimento formado por indivíduos e grupos identificados como de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (Pelúcio, 2008, p. 39).

Estudos empíricos revelaram que muitas pessoas transexperimentam formas de estigmatização social, transfobia e cisgenerismo nas suas vidas devido à sua identidade de gênero (Padilla *et al.*, 2016). Segundo Rodríguez Madera *et al.* (2017), grande parte da pesquisa sobre indivíduos trans concentrou-se na descrição dos desafios gerados pelo estigma social e pela discriminação em múltiplos contextos, incluindo família, escola, trabalho e ambientes clínicos.

As comunidades trans são frequentemente caracterizadas pelos altos níveis de mobilidade, que é comumente motivada pelo desejo de encontrar amigos e espaços para viver, trabalhar ou receber cuidados de saúde adequados (Lubitow *et al.*, 2017). Contudo, a literatura revela que ainda são necessárias pesquisas sobre as implicações do turismo para os indivíduos trans.

O estigma social enfrentado por pessoas trans e travestis é marcado por preconceito, marginalização e violência, afetando profundamente suas vidas em diversas esferas, como a familiar, educacional, profissional e de saúde. Esse estigma está enraizado em normas rígidas de gênero, que excluem ou discriminam aqueles que não se conformam às expectativas tradicionais de masculinidade e feminilidade. Como resultado, essas pessoas são frequentemente excluídas do mercado de trabalho formal, forçadas à precariedade e à vulnerabilidade social. Além disso, enfrentam um constante risco de violência física e psicológica, o que agrava sua marginalização e impacta negativamente sua saúde mental e bem-estar geral. Essa exclusão, por sua vez, reverbera em outros aspectos da vida social da pessoa, o que inclui o acesso ao lazer e ao turismo. Neste trabalho, especificamente, buscamos nos debruçar sobre o acesso ao turismo por mulheres trans e travestis, com o objetivo de entender o consumo da atividade e como ela se manifesta na vida prática destas mulheres.

2.2 TURISMO DE PESSOAS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS: MOBILIDADES E HOSPITALIDADE

Gnot (1997) argumenta que, do ponto de vista dos turistas, o turismo é uma resposta aos sentimentos. Uma vez que essas necessidades tenham sido ativadas, as motivações resultantes levam a expectativas que, por sua vez, determinam as percepções das experiências desses indivíduos.

Ao estudar motivações e experiências de viagem, o estudo de (Jönsson; Devonish (2008) procurou identificar tipologias turísticas de pessoas trans mais específicas e segmentos

de mercado e contribuir para uma melhor compreensão dos processos de tomada de decisão dos turistas, como a escolha do destino e comportamentos turísticos.

As experiências turísticas podem ter um efeito positivo na qualidade dos viajantes (Dolnicar *et al.*, 2012) e trazer resultados transformadores em termos de conhecimento pessoal, realidades e identidade (Pung *et al.*, 2020). No entanto, homens e mulheres cis produzem e consomem turismo de maneiras diferentes devido a variações nas suas construção e socialização de gênero (Figueroa-Domecq *et al.*, 2015).

Robinson *et al.* (2011) observaram que o turismo LGBT representa um termo mais inclusivo sendo aplicado em geral e pelo turismo associado organizações da indústria. Além disso, os autores citados sugerem que o turismo “gay” é, de fato, frequentemente utilizado num sentido mais amplo e genérico como um substituto do turismo LGBT.

Como resultado, os pesquisadores não conseguiram diferenciar entre experiências de turismo gay e/ou lésbica e aquelas de indivíduos trans, relatando erroneamente as experiências de férias de todos os três grupos, conforme definidas por questões sexuais. Assim, o que se sabe atualmente sobre o turismo LGBT foi extraído de pesquisas principalmente sobre gays turismo masculino e lésbico.

Pesquisas sobre turismo gay descobriram que a busca por identidade sexual, a vida social e o sexo gay são as principais motivações de viagem para os homens que vão de férias. A necessidade de se sentir seguro, socializar com outros gays, fugir do heterossexismo e procurar espaços gays também foram consideradas motivações muito importantes para gays e viagens de lazer lésbicas (Pritchard *et al.*, 2000).

Pesquisas mais recentes em países não desenvolvidos, no entanto, encontrou evidências de que a sexualidade não desempenha necessariamente um papel significativo nas experiências turísticas das lésbicas (Monterrubio; Barrios-Ayala, 2015). Devido a esta equiparação errada entre experiências de turismo gay e lésbica e experiências de indivíduos trans, várias ideias têm sido amplamente divulgadas, reconhecidas e estabelecidas acriticamente.

Uma dessas generalizações é que a população LGBT é um mercado lucrativo e crescente com motivações de viagem específicas, necessidades e padrões de consumo (Guaracino; Salvato, 2017). Suposições sobre o legado do mercado de turismo LGBT derivou em grande parte da pesquisa sobre gays e turismo lésbico, em vez de uma representação precisa de diversas das comunidades LGBT. Assim, as experiências dos indivíduos trans têm sido deturpados devido ao interesse dominante no turismo gay-lésbico.

Fiani e Han (2020) afirmaram recentemente que o ‘T’ em ‘LGBT’ (ou seja, LGBT e queer ou questionador) tem sido muitas vezes silenciado. Atribuir padrões comportamentais de gays e lésbicas a pessoas trans tem causado muitos estudiosos e profissionais ignorar como o turismo real e as experiências de viagem podem ser moldadas pelo gênero e não apenas pela sexualidade. Esta falha em diferenciar indivíduos trans de homens gays e lésbicas também está presente fora dos estudos de turismo.

A identidade de gênero tem muitas vezes confundido com orientação sexual, então as pessoas trans tendem a ser agrupadas com outras populações sob a égide LGBT. Lombardi (2009) observa que estudos anteriores confundiram sexualidade com gênero e, portanto, conceitualizou erroneamente o transgênero como uma forma de homossexualidade. O autor citado argumenta que as construções de gênero incluem aspectos externos que comunicam o gênero dos indivíduos aos outros.

A orientação sexual pode ser escondida ou disfarçada, mas a expressão de gênero não pode já que, por definição, as manifestações de gênero estão sempre visíveis e expostas aos olhares sociais. Porque a homossexualidade é frequentemente condenada socialmente e as pessoas trans estão fortemente associadas à homossexualidade, são frequentemente sujeitas tanto à transfobia como à homofobia (Rodríguez *et al.*, 2015).

Pesquisa sobre turismo devem, portanto, diferenciar entre indivíduos trans e pessoas gays, lésbicas e bissexuais. Embora, como afirmado anteriormente, as experiências turísticas dos indivíduos trans não tenham sido completamente negligenciadas pela academia, estudos anteriores o alcance tem sido extremamente limitado. Alguns pesquisadores têm exclusivamente analisado o transgênero no contexto do trabalho sexual, especialmente em contextos tailandeses.

Por exemplo, estudos analisaram a mercantilização de corpos de *kathoey* para consumo de turistas (Tan, 2014) e diversificação de identidade entre profissionais do sexo trans em destinos turísticos tailandeses (Ocha; Terra, 2013). Experiências de gênero das mulheres trans ocidentais cirurgias de redesignação na Tailândia também foram documentadas, bem como sua associação com a feminilidade tailandesa (Aizura, 2010).

A atividade turística vem ganhando grande importância econômica e social no Brasil e no mundo, gerando emprego, renda e proporcionando uma grande troca de experiências e culturas. Para melhor planejamento e operacionalização do Turismo, ele foi dividido em segmentações que ajudam a melhor satisfazer os desejos e as necessidades da demanda específica. Elas derivam nas mais diferentes opções, como por exemplo, cultural, gastronômico, religioso, de eventos, de negócios, ecoturismo, LGBT entre outros. Ou seja,

cada grupo, tem necessidades e desejos diferentes, e essa divisão é necessária para que haja melhor aproveitamento durante a atividade turística (Brito, 2019).

Dias (2005) sintetiza como principais vantagens da segmentação de mercado uma melhor compreensão das necessidades do cliente reduzindo esforços de desenvolvimento de novos produtos ou serviços; garantia de uma atuação empresarial mais previsível e produtiva; nesse sentido, apresenta-se o turismo LGBT como um espaço de sociabilidade da comunidade LGBT. Essa segmentação é a base necessária segundo Trevisan (2006) para que a população LGBT seja abordada em sua profundidade, pois sua própria vivência possibilita infinitas experiências individuais e coletivas: o contato com culturas diversas, paisagens naturais, equipamentos turísticos e de lazer, entre outros.

De acordo com a International Gay & Lesbian Travel Association - IGLTA, o turismo LGBT pode ser entendido a partir do desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços turísticos especializados para este público (Osorio; Henz, 2021).

Neste contexto, em 2004 é fundada a Associação Brasileira de Turismo GLS – ABRATGLS, com o objetivo de incentivar o comércio, turismo, lazer e entretenimento dos consumidores LGBT em território nacional, divulgando o país internacionalmente como um aliado na defesa das diversidades sociais (Osorio; Henz, 2021).

A ABRATGLS uniu-se a IGLTA, no sentido de desenvolver melhores práticas educacionais para o atendimento ao turista LGBT, além de uniformizar as ações de marketing, expandir o número de associados às duas entidades e melhorar a crescente reputação do Brasil como um destino LGBT. O turismo LGBT experimentou um aumento significativo nos últimos anos, seu dinamismo provou a capacidade de se tornar um veículo para o desenvolvimento econômico (Osorio; Henz, 2021).

O turismo de pessoas transexuais e travestis apresenta particularidades que diferenciam suas experiências em relação a outros grupos, principalmente devido ao preconceito e à discriminação relacionados à sua identidade de gênero. Esses viajantes frequentemente enfrentam desafios adicionais, como a necessidade de escolher destinos mais inclusivos, onde possam se sentir seguros e respeitados.

O acesso a serviços, como hospedagem e transporte, pode ser limitado ou repleto de interações desconfortáveis, principalmente em regiões onde a diversidade de gênero não é amplamente aceita. Além disso, a escolha de atividades e espaços turísticos também é influenciada pela percepção de segurança, com pessoas trans e travestis evitando lugares onde o risco de discriminação ou violência seja elevado. A visibilidade dessas identidades, especialmente em culturas com normas rígidas de gênero, torna as viagens uma experiência

que exige constante adaptação e precaução, reforçando a importância de ambientes turísticos mais acolhedores e inclusivos.

2.3 MOBILIDADE E HOSPITALIDADE QUANTO AO TURISMO DE PESSOAS LGBTQIAPN+ NO BRASIL

O movimento chamado LGBTQIA+ (sigla para identidade Gay, Lésbica, Bissexual, Transgênero, Transexual, Queer, Bissexual e os assexuais), surgiram mundialmente com grande destaque no final do século do século XIX, acompanhando o desenvolvimento de outras organizações sociais, como a feminista e influenciada por ideias que dividem entre binário temas e propor novos paradigmas para analisar a relação entre sexo, desejo e sexualidade.

A relação desta organização com o turismo ocupa um lugar de destaque em pesquisas conduzidas por especialistas na área em níveis nacionais e internacionais. No campo pesquisa em turismo em vez de trabalho focado na compreensão da dinâmica do movimento LGBTQIA+, que tem sido o caso nos últimos anos sendo uma parte relevante do mercado turístico. No entanto, tais pesquisas são escassos ou demorados, o que acaba por dificultar a compreensão destes movimentos sociais no Brasil e seus desdobramentos nos campos do lazer, do consumo e da cultura (Silva *et al.*, 2025).

O turismo vem crescendo rapidamente como um fator social e ambiental. Em setembro de 2025, o Brasil recebeu 570.934 visitantes internacionais, estabelecendo um recorde para o mês. Isso elevou o total acumulado de visitantes estrangeiros de janeiro a setembro para 7.099.237, superando o recorde anual anterior em apenas nove meses. Durante esse período, os visitantes injetaram R\$ 32,5 bilhões (US\$ 6,04 bilhões) na economia brasileira, também alcançando um recorde para o período. Esses resultados reforçam o impulso do turismo como um fenômeno de desenvolvimento com dimensões sociais, econômicas (por meio da promoção da conservação e gestão da terra) e ambientais, ao mesmo tempo em que validam os recentes investimentos das cidades brasileiras em infraestrutura e serviços de hospitalidade (Brasil, 2025).

Com isso significa que muitas cidades estão investindo neste projeto dado seu potencial de desenvolvimento social, cultural e econômico. O poder do turismo e pelo seu poder social, beneficia a população local causando impactos que podem ser tanto positivos quanto negativos (Peres; Hallal, 2021).

Dentro do intervalo cultural, o turismo promove a troca de informações sobre informação cultural e valorização dos valores materiais e simbólicos de lugares - arte, comida, conhecimento tradicional e bens históricos e de unidade étnica, certos costumes e modos de vida, que enfatiza a diversidade cultural (Grinover, 2019).

O turismo, ao promover intercâmbios culturais e simbólicos entre indivíduos de diversas origens, também se baseia na hospitalidade, entendida como o eixo relacional que sustenta a experiência turística. De acordo com Camargo (2015), a hospitalidade vai além do simples acolhimento de visitantes, abrangendo um espectro de interações sociais que cultivam uma atmosfera acolhedora, são os gestores, funcionários e residentes que tornam uma cidade genuinamente hospitaleira.

Assim, um lugar deixa de ser apenas um destino físico e torna-se um espaço compartilhado onde o cuidado, o respeito e a abertura para com os outros constituem o significado social do turismo. Neste contexto, refletir sobre a hospitalidade significa reconhecer as relações interpessoais como o elemento-chave que transforma a viagem em experiência e os visitantes em agentes de intercâmbio cultural.

O trabalho propõe discutir “Turismo e pessoas transexuais e travestis: um estudo multimétodo de demanda, mobilidade e hospitalidade”. A partir das definições acima, entendemos que a pauta central não é apenas sobre identidades e direitos, mas sobre acessibilidade, respeito e reconhecimento das vivências trans e travestis dentro da dinâmica turística. Será investigado como essas pessoas se movimentam, que barreiras enfrentam, como são (ou não) acolhidas pelos serviços e espaços turísticos, e quais são suas demandas enquanto consumidores e sujeitos de direito no setor.

3. MÉTODO

O conhecimento científico só pode ser alcançado por meio de um método. Dencker (1998, p.15) indica que “o método científico consiste em uma série de procedimentos realizados pelo pesquisador com finalidade de reduzir as chances de erro”. Uma característica intrínseca do método científico é a sua sistematização. Isso significa que as ações propostas dentro de um método investigativo, que tenha como finalidade a produção de ciência, devem obedecer a uma sequência ordenada de atividades.

Para Dencker (1998, p.19), basicamente o método científico consiste em: Formular questões e propor problemas; Efetuar observações; Registrar cuidadosamente as observações feitas; procurando responder às perguntas formuladas ou resolver os problemas propostos; e rever conclusões, ideias e opiniões anteriores que estejam em desacordo com as observações e as respostas resultantes.

Essa pesquisa adotou abordagem qualiquantitativa, pois utilizou a aplicação de ambas as técnicas de questionário e entrevistas com o intuito de satisfazerem os métodos selecionados. A escolha da dupla abordagem se justifica, pois, é por meio da triangulação das técnicas utilizadas que se pode obter um melhor resultado e compreensão de fenômenos sociais, como o caso do turismo. Sobre o tipo de pesquisa, ela é tanto descritiva quanto exploratória. Descritiva, pois, utilizar-se-á da estatística descritiva para tratar os dados dos questionários colhidos. Exploratória, pois fez inferências tanto dos dados quantitativos quanto das entrevistas em profundidade.

No que diz respeito da construção do questionário, ele foi elaborado em 43 perguntas (além do Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido) que foram divididas em duas macros seções: a primeira delas que buscou investigar o perfil sociodemográfico das entrevistadas; já a segunda seção teve o objetivo de investigar o acesso ao turismo e a percepção de hospitalidade/ hostilidade das entrevistadas nos destinos turísticos na qual visitaram. Ao todo foi obtida 34 respostas.

O questionário *online* (43 perguntas + TCLE) foi realizado através da plataforma *Google Forms* entre 1 de junho de 2025 e 31 de agosto de 2025. A distribuição ocorreu através de grupos fechados no *Facebook* e *Telegram* direcionados a comunidades transgênero, organizações locais e organizações não governamentais (por exemplo, abrigos e centros multiculturais universitários), listas de correio acadêmico e amostragem em bola de neve. Foram obtidas 37 respostas válidas.

O questionário compreendia duas seções principais: (a) características sociodemográficas (idade, estado/região, etnia/tom de pele, nível de escolaridade, situação profissional e rendimento; identidade de gênero e orientação sexual); experiências de viagem e exposição (frequência de viagens; tipo de viagem; meios de transporte e alojamento; pesquisa prévia sobre segurança; respeito pelos nomes sociais e pronomes durante o *check-in* e a recepção; sentimentos de acolhimento/insegurança em relação ao alojamento, atrações e restaurantes; incidentes de violência física, psicológica, moral e patrimonial; medidas tomadas e apoio recebido). Respostas incompletas foram excluídas sob um limite mínimo de completude de 90%.

Os participantes que consentiram em contato de acompanhamento forneceram detalhes de telefone/*e-mail* ao preencher o questionário. A amostragem intencional teve como objetivo alcançar a máxima diversidade (entre regiões, faixas etárias, identidades, mulheres trans e vários graus de mobilidade recente em viagens). Entre 5 de setembro de 2025 e 20 de setembro de 2025, foram realizadas entrevistas com dois participantes via *Google Meet/WhatsApp*, cada uma com duração de 40 a 60 minutos.

A gravação foi permitida, com transcrição literal seguida de análise temática do conteúdo. Para proteger as identidades, foram utilizados pseudônimos (“I.” e “D.”); os nomes sociais não foram divulgados sem autorização explícita (não solicitada para este estudo).

Todos os participantes forneceram consentimento informado eletrônico; os dados anonimizados foram armazenados numa pasta restrita. A fase quantitativa empregou estatísticas descritivas (proporções, médias e gráficos), enquanto a fase qualitativa utilizou codificação aberta/temática. Os resultados das entrevistas foram triangulados com as frequências da pesquisa para aumentar a consistência e a diferenciação.

4. DISCUSSÃO E RESULTADOS

4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS PESSOAS TRANS E TRAVESTIS RESPONDENTES

A primeira etapa da análise dos dados coletados por meio de formulário online, com 37 participantes auto identificados como pessoas transexuais, travestis e não-binárias, revela um panorama diversificado, mas ao mesmo tempo marcado por padrões estruturais de exclusão e vulnerabilidade social. Os dados permitem traçar um perfil sociodemográfico fundamental para compreender como as experiências de mobilidade e turismo estão atravessadas por marcadores sociais como identidade de gênero, orientação sexual, raça, classe e escolaridade.

Em relação à identidade de gênero, observa-se uma predominância de mulheres trans (64,7%), seguidas por travestis (26,5%) e pessoas não-binárias (8,8%). Esse dado, por si só, já evidencia a necessidade de abordagens segmentadas dentro da própria sigla trans, reconhecendo especificidades de vivência e exposição social.

A faixa etária predominante é composta por pessoas jovens adultas, com 52,9% entre 18 e 32 anos e 35,3% entre 33 e 44 anos. Pessoas acima de 65 anos não foram registradas, o que pode ser interpretado à luz de um contexto alarmante: a expectativa de vida da população trans no Brasil é de apenas 35 anos, conforme relatórios da ANTRA (2023). Esse dado reforça como a violência estrutural impacta não apenas o cotidiano, mas também a longevidade dessas existências.

No que tange à região de origem, a maioria das pessoas participantes é oriunda das regiões Sudeste (35,3%) e Sul (26,5%), seguidas pela região Norte (20,6%), Nordeste (8,8%) e Centro-Oeste (8,8%). Tal distribuição regional permite considerar as assimetrias territoriais em relação ao acesso à mobilidade e turismo. O predomínio do Sudeste e Sul pode estar relacionado à maior concentração urbana, de renda e de serviços turísticos, mas também pode refletir desigualdades históricas no acesso à informação, internet e educação formal.

Quanto à orientação sexual, os dados evidenciam pluralidade, com destaque para pessoas heterossexuais (35,3%), homossexuais (32,4%) e bissexuais (20,6%). A presença de pessoas pansexuais e assexuais (8,8% e 2,9% respectivamente) também indica a diversidade interna da população trans, muitas vezes invisibilizada dentro de uma lógica hegemônica que associa identidade de gênero à orientação sexual de forma simplista e equivocada.

A interseccionalidade entre raça e identidade de gênero também se mostra crucial para compreender a vulnerabilidade dessa população. 44,1% das respondentes se autodeclararam brancas, enquanto 32,0% são pretas, 11,8% pardas, 8,8% amarelas e 2,9% indígenas. Isso revela que a população transracializada enfrenta camadas adicionais de opressão, especialmente no que se refere ao acesso a direitos, serviços e oportunidades de mobilidade e turismo. Tais dados ecoam as análises de Moreira et al. (2018) e Pelúcio (2008), que apontam como a racialização e a cisnormatividade operam conjuntamente para reforçar a exclusão social.

O recorte da escolaridade mostra um cenário desafiador: a maioria das participantes tem apenas o ensino fundamental completo (32,8%), e outras apresentam escolaridade inferior a esse nível (17,6%). A taxa de ensino superior completo é de apenas 2,9%, o que confirma os efeitos da exclusão escolar e da evasão induzida por bullying, discriminação e falta de políticas públicas inclusivas nas instituições de ensino. Já em relação ao estado civil, destaca-se a predominância de pessoas solteiras (58,8%), o que pode refletir tanto escolhas pessoais quanto barreiras sociais à constituição de vínculos afetivos estáveis em contextos marcados pela transfobia e pelo estigma.

Finalmente, no aspecto profissional, os dados indicam forte precarização: 26,5% estão desempregadas e apenas 23,5% têm emprego formal com carteira assinada. Um contingente relevante atua na informalidade — 26,5% como autônomas sem CNPJ e 17,6% com CNPJ — enquanto o vínculo estatutário representa apenas 5,9%. Essa condição de informalidade e desemprego se reflete diretamente na renda mensal, onde 26,5% afirmaram não ter nenhuma renda e 23,5% recebem menos de um salário-mínimo, consolidando um quadro de vulnerabilidade econômica estrutural.

4.2 CONDIÇÕES DE ACESSO AO TURISMO E PERFIS DE PRÁTICA TURÍSTICA

A relação entre renda, escolaridade e turismo é um dos eixos centrais para a compreensão das desigualdades de acesso à mobilidade no Brasil. No caso de pessoas trans e travestis, esse acesso é ainda mais restrito devido ao acúmulo de opressões interseccionais. Os dados coletados nesta pesquisa indicam que a maioria das participantes vive em contextos de baixa renda individual e familiar, o que impacta diretamente suas possibilidades de lazer, deslocamento e fruição de experiências turísticas.

Em termos de renda individual mensal, 26,5% das respondentes afirmaram não possuir nenhuma fonte de renda, enquanto 23,5% recebem menos de um salário-mínimo. Ou seja, praticamente metade das participantes se encontra em situação de extrema vulnerabilidade econômica. Apenas 2,9% recebem entre 5 e 8 salários-mínimos, e nenhuma participante declarou rendimento superior a esse valor. A renda familiar apresenta um perfil semelhante: 35,5% têm rendimento familiar inferior a um salário-mínimo, e 44,1% entre 1 e 4 salários mínimos, o que reforça a limitação dos recursos financeiros disponíveis para viagens turísticas.

Essa restrição econômica se reflete diretamente na frequência das viagens. A maioria das participantes declarou que viaja raramente (55,9%), sendo que 5,9% nunca viajaram. Apenas 23,5% conseguem viajar de duas a cinco vezes por ano, e 11,8% fazem uma viagem anual. O grupo que viaja com maior frequência (mais de seis vezes por ano) representa apenas 2,9% da amostra. Esses dados apontam para a ausência de acesso pleno a um direito ao lazer e ao turismo, reforçando a crítica à ideia de que o turismo é uma prática universalmente acessível.

Gráfico 1 – Distribuição da frequência das viagens

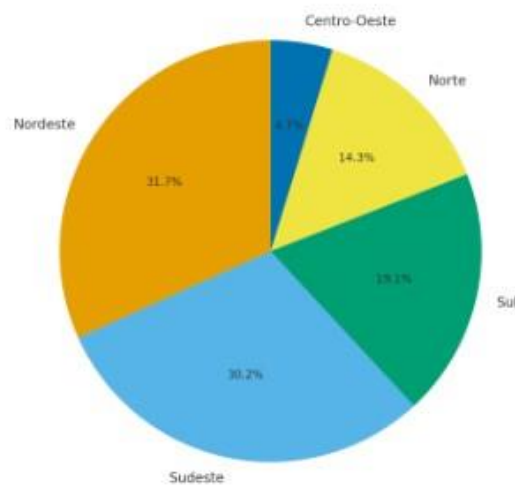


Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Em relação às tipologias turísticas praticadas, observa-se que o turismo de sol e praia (29,4%) é o mais frequente entre as participantes, seguido por atividades como ecoturismo, turismo cultural e turismo de negócios (11,8% cada). Outras práticas aparecem em proporções menores, como turismo de aventura (8,8%), turismo social (8,8%) e turismo de estudo/intercâmbio (5,9%). É importante destacar que práticas como turismo rural ou de pesca não foram mencionadas, indicando uma tendência de deslocamento para áreas urbanas ou litorâneas, onde há maior sensação de segurança ou presença de redes de apoio.

O padrão de locais turísticos visitados confirma essa orientação: 58,8% já viajaram ao Nordeste, seguido pelo Sudeste (55,9%), Sul (35,3%) e Norte (26,5%). A região Centro-Oeste aparece com apenas 8,8% de presença turística, possivelmente refletindo tanto a oferta turística quanto a percepção de segurança para pessoas trans. Ainda assim, nota-se uma relativa amplitude territorial nas viagens, o que demonstra que, apesar das restrições econômicas, muitas pessoas trans e travestis buscam acessar os benefícios da mobilidade turística.

Gráfico 2 - locais turísticos visitados



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O meio de transporte utilizado nas viagens revela tanto as limitações econômicas quanto estratégias de autonomia e redes sociais. O carro próprio (29,4%) é o meio preferido, seguido por carros alugados (14,7%), caronas por aplicativos ou redes sociais (20,6%) e ônibus de excursão (14,7%). O uso do transporte aéreo (5,9%) ou interestadual (2,9%) é muito limitado, o que demonstra como o custo e a burocracia podem ser barreiras para o deslocamento de pessoas trans.

Já quanto ao tipo de hospedagem, destaca-se o uso de campings/acampamentos (23,5%), seguido por casas de amigos ou familiares (17,6%), Airbnb (14,7%) e hotéis (20,6%). A utilização de resorts (2,9%) e pousadas (5,9%) foi menos mencionada. O destaque dado a alternativas mais acessíveis ou com redes de apoio, como campings e casas conhecidas, sugere que a busca por segurança e pertencimento se sobrepõe ao luxo ou conforto. Isso é coerente com estudos que mostram que o bem-estar de pessoas trans durante

as viagens está profundamente ligado à previsibilidade das interações sociais e à ausência de violência (Rodríguez-Madera et al., 2017).

Essas escolhas também são influenciadas pela pesquisa prévia sobre o destino: 38,2% das participantes afirmaram sempre pesquisar o local antes de viajar, e outras 20,6% fazem isso com frequência. Apenas 8,8% nunca pesquisam. Mais ainda, 41,2% verificam frequentemente se o destino é seguro para pessoas trans e travestis, enquanto 29,4% sempre o fazem. Esse dado revela um grau elevado de consciência quanto à necessidade de autodefesa e de planejamento para evitar espaços transfóbicos.

Portanto, o perfil turístico das participantes desta pesquisa é marcado por inseguranças estruturais, precarização econômica e estratégias de resistência e cuidado. Mesmo com recursos limitados, essas pessoas buscam formas de acessar o turismo, mas suas escolhas são condicionadas por medos concretos de violência, discriminação e não reconhecimento de suas identidades. As decisões relacionadas a transporte, hospedagem e tipologias turísticas são, antes de tudo, decisões de segurança e sobrevivência, muito mais do que decisões baseadas em prazer ou desejo de consumo.

4.3 VIVÊNCIAS DE INSEGURANÇA, ACOLHIMENTO E VIOLÊNCIA NOS ESPAÇOS TURÍSTICOS

As experiências de turismo de pessoas trans e travestis são marcadas não apenas pelo desejo de lazer e mobilidade, mas também pelo enfrentamento constante de situações de insegurança, transfobia e violação de direitos. Os dados levantados nesta pesquisa mostram com clareza que o turismo, para essa população, ainda está longe de ser uma prática livre de riscos e barreiras simbólicas e concretas.

Ao analisar as respostas sobre vivências em hospedagens, é preocupante observar que 41,2% das participantes relataram ter se sentido inseguras fisicamente, 47,1% relataram insegurança psicológica, e 38,2% disseram ter sentido insegurança moral.

Os dados revelam diferentes dimensões da violência percebida durante as estadias. A insegurança física (41,2%) relaciona-se ao medo de agressões ou à falta de proteção em espaços públicos e privados. A insegurança psicológica (47,1%) envolve medo constante, vigilância e constrangimentos sutis que afetam o bem-estar emocional. Já a insegurança moral (38,2%) refere-se a situações de desrespeito, piadas, olhares ou atitudes que violam a dignidade e o reconhecimento social das pessoas trans e travestis. Esses dados demonstram

que, mesmo sem violência explícita, a hospitalidade ainda é permeada por formas simbólicas e estruturais de exclusão.

Além disso, há relatos explícitos de violências: 5,9% afirmaram ter sofrido violência patrimonial, 5,9% violência física ou sexual, e 5,9% violência psicológica. Apenas 11,8% das respondentes afirmaram não ter sofrido nenhum tipo de violência nesse ambiente, o que mostra que a grande maioria experimentou algum tipo de desconforto ou agressão.

Essa sensação de insegurança e violência se repete em atrativos turísticos: 41,2% das participantes relataram insegurança psicológica, 38,2% relataram insegurança física, e 20,6% indicaram insegurança moral. Além disso, 17,6% sofreram violência física ou sexual e 11,8% violência patrimonial. Esses dados revelam que, para muitas pessoas trans e travestis, a simples presença em espaços públicos de lazer e cultura pode ser motivo de alerta e medo — o que limita profundamente sua liberdade de circular e usufruir das experiências turísticas de forma plena.

Em restaurantes, o cenário também é alarmante: 41,2% das participantes relataram insegurança psicológica, enquanto 29,4% afirmaram ter sofrido violência física ou sexual e 17,6% violência patrimonial. Vale destacar que, nesses estabelecimentos, o que deveria ser uma atividade simples, como se alimentar, se torna um momento de exposição à violência simbólica e concreta.

Outro dado importante diz respeito ao respeito ao nome social e aos pronomes. No momento do check-in em hospedagens, apenas 32,4% disseram que sempre foram respeitadas, enquanto 41,2% relataram que quase sempre houve respeito. Porém, há 8,8% que afirmaram que quase nunca foram respeitadas, e 5,9% que disseram nunca ter sido. Nos restaurantes, o número de pessoas que relatam sempre terem sido respeitadas é ligeiramente maior (38,2%), mas ainda há 14,7% que apontam desrespeito frequente ou sistemático. Esses dados confirmam que o reconhecimento identitário ainda é falho, especialmente em ambientes formais do setor turístico.

A transfobia institucional também aparece nos relatos de tratamento por parte de funcionários. Em hospedagens, 41,2% afirmaram já ter ouvido termos transfóbicos ou preconceituosos, e em atrativos turísticos o número é igual: 41,2%. Nos restaurantes, a mesma porcentagem se repete, mostrando que esse tipo de violência simbólica está disseminado em diferentes segmentos da cadeia turística. Ainda que uma parcela tenha respondido "não sei" ou "nunca", os índices de transfobia relatada por profissionais que deveriam prestar acolhimento e hospitalidade são expressivos e alarmantes.

Além dos profissionais, a hostilidade também vem de outros clientes e turistas. Durante estadias em meios de hospedagem, 32,4% relataram sofrer preconceito e tomar providências por conta própria, enquanto 23,5% sofreram e não buscaram apoio algum, revelando o quanto o isolamento social pode ser parte da experiência turística trans. Nos restaurantes, 32,4% também afirmaram já ter enfrentado preconceito de outros clientes, e o mesmo ocorreu no convívio com outros turistas: 35,3% sofreram preconceito e tomaram providências por si só, e 29,4% afirmaram que sofreram, mas não buscaram nem ajuda nem justiça.

Apesar disso, um dado merece destaque: em 100% dos casos em que as participantes buscaram apoio das hospedagens e restaurantes, elas afirmaram ter recebido assistência adequada. Isso indica que, quando as empresas turísticas estão preparadas e dispostas a agir, o acolhimento é possível e efetivo. No entanto, a maioria não buscou esse apoio, o que pode estar relacionado ao medo de retaliação, à descrença nas instituições ou à normalização da violência, aspectos que também precisam ser problematizados.

Assim, o turismo, longe de ser um espaço de descanso e prazer, se revela, para pessoas trans e travestis, um território de disputas identitárias e de sobrevivência. O medo, a constante necessidade de vigilância, a ausência de reconhecimento e as violências simbólicas e físicas transformam cada etapa da viagem — do planejamento ao retorno, em um percurso marcado por tensões. Esses dados confirmam a urgência de práticas de hospitalidade transinclusiva, que não se limitem à cortesia formal, mas que sejam estruturadas a partir do respeito, da escuta ativa e da defesa dos direitos humanos.

4.4 ESPAÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE: ENTRE O MEDO, A VIGILÂNCIA E O DESEJO DE CIRCULAR

Além dos ambientes privados e comerciais como hospedagens e restaurantes, os espaços públicos, ruas, praças, parques, centros históricos e outros locais urbanos são componentes essenciais da experiência turística. É nesses espaços que se dá grande parte da vivência simbólica e prática das cidades, e, para pessoas trans e travestis, são também locais de risco, exposição e constante necessidade de vigilância.

Os dados da pesquisa mostram que, durante o período diurno, a maior parte das participantes consegue circular com algum grau de segurança: 26,5% se sentem acolhidas todas as vezes, 35,3% na maioria das vezes, e 38,2% poucas vezes. Nenhuma participante

relatou nunca ter se sentido acolhida durante o dia, o que aponta uma percepção de que o período diurno oferece maior visibilidade, circulação de pessoas e sensação de controle social.

Contudo, ao analisar as respostas relativas ao período noturno, observa-se um aumento expressivo da sensação de insegurança. Apenas 20,6% se sentiram acolhidas todas as vezes e 32,4% na maioria das vezes, enquanto 44,1% disseram se sentir acolhidas em apenas poucas ocasiões. Uma parte menor (2,9%) afirmou nunca ter se sentido acolhida durante à noite. Esses dados evidenciam que a falta de iluminação, a menor presença de pessoas, a ausência de policiamento e a intensificação do medo da violência durante a noite transformam os espaços públicos em zonas de alto risco para pessoas trans e travestis, restringindo sua mobilidade e seu direito à cidade.

Essa percepção é confirmada quando analisamos as experiências de violência em espaços públicos urbanos. Os dados apontam que 44,1% das participantes relataram sentir insegurança física, 29,4% insegurança psicológica e 29,4% insegurança moral. Além disso, 20,6% disseram ter sofrido violência patrimonial, e 23,5% afirmaram ter sofrido violência física ou sexual nesses espaços. Apenas 14,7% das participantes disseram não ter enfrentado nenhum tipo de violência. Esse cenário evidencia a fragilidade dos corpos dissidentes de gênero diante de uma lógica urbana excludente, cisnormativa e muitas vezes negligente com suas demandas específicas de segurança e dignidade.

No que se refere à autonomia de deslocamento, os dados revelam que a maioria das participantes ainda busca circular de forma independente, apesar dos riscos. Durante o dia, 23,5% disseram sempre sair sozinhas, 47,1% com muita frequência, e 20,6% com pouca frequência. Apenas 8,8% afirmaram nunca sair sozinhas de dia. Isso demonstra o desejo e a prática de autonomia, mesmo em um contexto hostil. À noite, esse padrão se altera: apenas 11,8% afirmaram sair sozinhas sempre, e 38,2% com muita frequência, enquanto 41,2% o fazem com pouca frequência e 8,8% nunca. Ou seja, o período noturno é um divisor real da liberdade de mobilidade para pessoas trans, algo que impacta diretamente sua experiência turística, sua espontaneidade e seu acesso a atividades culturais, gastronômicas e de lazer noturno.

Outro dado relevante se refere à percepção geral sobre o Brasil como destino turístico. Quando questionadas sobre o quão seguro consideram o país, 29,4% das participantes responderam que o Brasil é "totalmente perigoso", e 44,1% o consideram "perigoso". Nenhuma delas considera o país como "totalmente seguro", e apenas 14,7% o classificam como "um pouco seguro". Esse dado é especialmente simbólico, pois mostra que, mesmo diante da resiliência e da busca por vivências turísticas, há uma percepção generalizada de

risco permanente, que precisa ser considerada em qualquer política pública ou prática de turismo inclusivo.

Diante desse cenário, é possível afirmar que a mobilidade turística de pessoas trans e travestis no Brasil não é espontânea, nem segura, nem plenamente acessível. Ela é negociada, planejada e, muitas vezes, limitada pela percepção (e pela realidade) de ameaça constante.

O que para turistas cisgêneros pode ser uma caminhada tranquila em um centro histórico ou uma noite de lazer em uma praça, para pessoas trans pode se tornar um percurso de medo, disfarce e autoafirmação. A mobilidade, portanto, não é apenas deslocamento físico, mas também um direito humano em disputa, um direito à visibilidade, à permanência e à integridade.

4.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: INDO ALÉM DO QUANTITATIVO

As entrevistas com I. e D. fornecem dimensões qualitativas cruciais, complementando e enriquecendo os dados estatísticos apresentados neste trabalho. Enquanto os números revelam exclusão socioeconômica e violência generalizadas, as narrativas das entrevistadas revelam as estratégias cotidianas, os medos específicos e a resiliência subjetiva que, coletivamente, definem as experiências de viagem das mulheres transgênero no Brasil. D., de 46 anos, que perdeu muitos amigos e precisa dizer adeus ao sair de casa, personifica dramaticamente a referência do estudo a uma expectativa de vida de 35 anos, transformando uma estatística epidemiológica em uma realidade angustiante.

Esta pesquisa identifica a instabilidade econômica como uma restrição primária às viagens, um ponto ressaltado pelo relato de I., que afirma raramente viajar, principalmente devido a razões financeiras ou compromissos. A sua experiência contrasta fortemente com o relato de D. sobre uma viagem de lazer muito tranquila. Esta contradição revela que, apesar das barreiras estruturais comuns, as experiências individuais variam significativamente, moldadas por redes de apoio, localização e circunstâncias pessoais, nuances que não são captadas apenas por dados quantitativos.

Questões relacionadas ao reconhecimento de identidade foram listadas como deficiências no serviço no questionário (8,8% a 14,7% dos inquiridos relataram frequentemente encontrar desrespeito pelos seus nomes legalmente reconhecidos), constituindo a principal preocupação para I.

Ela observou que a luta continua sendo fundamentalmente básica, centrando-se principalmente no direito ao nome escolhido, e enfatizou a necessidade de abordar isso por

meio de formação. O apelo à educação básica sobre identidade de gênero no setor de serviços está alinhado com a conclusão deste estudo, que defende a construção de uma inclusão completa por meio de formação profissional.

Os dados quantitativos indicam uma insegurança generalizada em alojamentos, atrações e restaurantes, uma sensação que D experimenta rotineiramente. Ela afirma: Sintome insegura o tempo todo, recorrendo a viagens em grupo para obter maior proteção. Isso ilustra como a necessidade persistente de vigilância mencionada nas conclusões se manifesta como um comportamento de autoproteção. Consequentemente, viajar não se torna uma fuga da realidade opressiva, mas um espaço onde a realidade é reencenada e requer gestão.

Ambas as entrevistadas enfatizaram as políticas públicas e as ações institucionais como caminhos para efetuar mudanças. I. afirmou que as políticas públicas constituem o fator mais crucial para garantir a aceitação, enquanto D. destacou a importância das redes de apoio institucional, como a Casa Florescer, que se revelou fundamental para a sua reintegração social. Isso corrobora a afirmação do quadro teórico de que a aceitação dos dissidentes não é espontânea, mas depende de uma intervenção política deliberada.

Sendo assim, as entrevistas destacaram as dimensões políticas da mera existência e mobilidade. A autodefinição de D., independentemente das opiniões da sociedade, o que importa é como nós percebemos e a persistência de I. em viajar, apesar dos recursos limitados, constituem atos de resistência que transcendem o mero lazer. Estes exemplificam a conclusão aqui apresentada: para este grupo, o turismo também serve como um meio de afirmação de identidade e exercício de direitos cívicos. Apesar das várias desvantagens documentadas no estudo, eles continuam a exercer esse direito.

4.6 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E EXPECTATIVAS POR HOSPITALIDADE TRANS INCLUSIVA

A vivência do turismo para pessoas trans, travestis e não-binárias é atravessada por uma tensão constante entre o desejo de usufruir da mobilidade e o medo de ser rejeitada, violentada ou invisibilizada. Os dados desta pesquisa evidenciam que, apesar da precariedade econômica, da exclusão educacional e dos múltiplos relatos de violência simbólica e física, as participantes constroem estratégias para continuar existindo e circulando. Esse movimento é, antes de tudo, um ato político de resistência.

A experiência turística, no caso dessas identidades dissidentes, não é neutra nem leve. Ao contrário, é profundamente marcada por respostas emocionais complexas, que vão do

prazer momentâneo ao medo contínuo. Muitos dos comportamentos relatados nos dados como pesquisar previamente sobre a segurança dos destinos, escolher tipos de hospedagem mais acessíveis ou optar por viajar para locais com redes de apoio, revelam formas de autoproteção que não são exigidas dos turistas cisgêneros. Como mostram Monterrubio *et al.* (2020) e Rodríguez Madera (2017), a mobilidade de pessoas trans é regulada tanto pela geografia quanto pelas normas de gênero e isso significa que circular é sempre também se posicionar.

Mesmo diante de situações de preconceito e transfobia, as participantes relatam respostas variadas: algumas buscam amparo nos estabelecimentos (8,8% a 14,7%), outras tomam providências por conta própria (até 35,3%), e muitas optam por não reagir ou buscar apoio (23,5% a 29,4%).

Esse dado mostra que nem todas as pessoas se sentem encorajadas ou confiantes para denunciar, o que pode estar ligado tanto ao histórico de silenciamento quanto à desconfiança nas instituições. Ainda assim, quando o apoio institucional foi acionado, a resposta foi positiva: 100% das que buscaram assistência relatara ter sido acolhidas pelas hospedagens e restaurantes.

Essa contradição, entre o medo e a existência de apoio em alguns casos, revela o potencial transformador das práticas de hospitalidade inclusiva. As experiências positivas, embora minoritárias, demonstram que é possível sim criar espaços seguros e respeitosos para pessoas trans e travestis dentro do turismo. O problema, no entanto, reside na ausência de uma política sistêmica: o que hoje ocorre de forma pontual precisa ser transformado em prática generalizada e institucionalizada.

Do ponto de vista subjetivo, muitas das participantes continuam exercendo o direito de viajar mesmo diante de inseguranças. A maioria delas circula sozinha, especialmente durante o dia, e busca se sentir acolhida nos espaços públicos e atrativos culturais, ainda que em muitos casos isso só ocorra "poucas vezes" (41,2%). Isso nos leva a compreender o turismo, no caso dessa população, não como uma atividade apenas de lazer, mas também como afirmação de identidade e exercício de cidadania.

Essa perspectiva reforça a urgência de que o setor turístico, em especial os gestores de destinos, empreendimentos e políticas públicas, reconheça as demandas específicas das pessoas trans e travestis. Como aponta Butler (2003), corpos que não se encaixam nas normas hegemônicas são tratados como objetos. No turismo, isso se traduz em violências sutis e explícitas, recusas simbólicas, olhares julgadores e práticas institucionais que negam ou silenciam a diversidade de gênero.

Para superar essas barreiras, não basta apenas "tolerar" ou "aceitar" corpos trans. É necessário estruturar uma hospitalidade radical, que vá além do marketing inclusivo e da sinalização simbólica. Isso significa oferecer formações para os trabalhadores do turismo, criar protocolos claros de atendimento, garantir respeito ao nome social e pronomes, coibir ativamente atitudes transfóbicas e, acima de tudo, ouvir as vozes trans em todas as etapas da construção do turismo.

As participantes desta pesquisa nos mostram que, mesmo em um país considerado perigoso para suas existências — onde 76,5% relataram já ter sofrido algum tipo de preconceito ou discriminação durante viagens, elas continuam a ocupar, resistir e reivindicar seus espaços. E o turismo, enquanto prática social e econômica, tem a responsabilidade ética de garantir que essas ocupações sejam seguras, respeitosas e acolhedoras.

5. CONCLUSÃO

A análise dos dados obtidos por meio de uma pesquisa realizada com 34 indivíduos transgêneros, travestis e não binários revelou que o turismo, longe de ser apenas um espaço de lazer e diversão, é um campo repleto de desigualdades, violência e disputas por reconhecimento. O desejo de mobilidade, descoberta e pertencimento coexiste permanentemente com as barreiras materiais, simbólicas e institucionais impostas pela sociedade brasileira, que restringe o pleno exercício do direito ao turismo por esses indivíduos.

O perfil dos participantes revela a interseção entre vulnerabilidade socioeconômica, exclusão educacional e violência cotidiana, produzindo experiências turísticas marcadas pelo medo, pela autocontenção e por estratégias de proteção. Baixa renda, frequência reduzida de viagens, planejamento meticuloso e escolha de destinos percebidos como “mais seguros” indicam a existência de um turismo de sobrevivência, no qual a garantia mínima de integridade física e o respeito pela identidade de gênero se sobrepõem a qualquer expectativa de lazer despreocupado.

Mesmo em espaços que deveriam simbolizar acolhimento e hospitalidade, como alojamentos, restaurantes e atrações turísticas, há relatos de transfobia institucional e interpessoal, expressa em desrespeito aos nomes sociais, recusa de atendimento, olhares vigilantes e, em situações mais graves, agressão física e simbólica. O medo recorrente associado à circulação em espaços públicos, especialmente à noite, mostra que o direito ao lazer, à mobilidade e à cidade ainda não é universal, sendo seletivamente acessível de acordo com o gênero, a expressão de gênero, a raça e a classe social.

Mesmo assim, os dados também apontam para práticas de resistência e agência. A autonomia nas decisões de viagem, a busca ativa por estabelecimentos acolhedores, a denúncia de situações de violência e o uso de redes de apoio demonstram que pessoas trans, travestis e não binárias não ocupam o turismo apenas como consumidoras, mas como sujeitos políticos que reformulam o ato de viajar como um gesto de afirmação de identidade e reivindicação de cidadania. O fato de todos os participantes que procuraram algum tipo de apoio institucional terem sido bem-vindos indica oportunidades concretas para transformar as práticas de hospitalidade, desde que haja compromisso ético, formação contínua e responsabilização entre os diferentes atores do setor.

Diante disso, é urgente repensar as políticas públicas, as práticas empresariais e os processos de formação no campo do turismo a partir de uma perspectiva transfeminista, interseccional e inclusiva.

Mais do que apenas aumentar o acesso numérico ao turismo, é necessário garantir que esse acesso ocorra com dignidade, segurança e reconhecimento da diversidade de corpos, identidades e experiências. Investir em protocolos de atendimento transinclusivos, ações de conscientização de equipes, campanhas de combate à transfobia e marcos regulatórios que garantam direitos é uma condição fundamental para que o turismo deixe de reproduzir a violência estrutural e se consolide como um espaço efetivo de hospitalidade, justiça social e emancipação para pessoas trans, travestis e não binárias.

REFERÊNCIAS

- AIZURA, Aren Z. Feminine transformations: Gender reassignment surgical tourism in Thailand. **Medical Anthropology**, v. 29, n. 4, p. 424-443, 2010.
- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil (dados de 2023)**. Brasília: ANTRA/IBTE, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 27 out. 2025.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Estudo sobre a exclusão de pessoas trans no mercado de trabalho**. 2023. Disponível em: <https://www.antra.org.br>. Acesso em: 03 out. 2024.
- AULTMAN, B. Lee; CURRAH, Paisley; BRETTSCHEIDER, Marla. Politics Outside the Law: Transgender Lives and the Challenge of Legibility. In: BRETTSCHEIDER, Marla; BURGESS, Susan; KEATING, Christine (Org.). **LGBTQ Politics: A Critical Reader**. New York: New York University Press, 2017. p. 43-58.
- AZEVEDO, Maurício Sanitá et al. Segmentação no setor turístico: o turista LGBT de São Paulo. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 5, n. 3, p. 493-506, 2012.
- BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BRADFORD, Judith et al. Experiences of transgender-related discrimination and implications for health: results from the Virginia Transgender Health Initiative Study. **American Journal of Public Health**, v. 103, n. 10, p. 1820-1829, 2013.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Brasil supera meta anual de turistas internacionais e bate recorde histórico em setembro**. Brasília, 6 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mun/pt-br/assuntos/noticias/2025/10/pela-primeira-vez-na-historia-brasilalcanca-marca-de-7-milhoes-de-turistas-estrangeiros> Acesso em: 27 out. 2025.
- BRITO, Jean Fernandes et al. Arquitetura da informação em websites de turismo LGBTQ. **Anais do Encontro de Gestão, Pesquisa e Ensino do Centro-Oeste...** [S. l.: s. n.], 2019.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Hospitalidade**. São Paulo: Manole, 2002.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Os interstícios da hospitalidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. XII, n. especial, p. 42-69, maio 2015.
- CHANG, Tiffany K.; CHUNG, Y. Barry. Transgender microaggressions: Complexity of the heterogeneity of transgender identities. **Journal of LGBT Issues in Counseling**, v. 9, n. 3, p. 217-234, 2015.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Hospitalidade turística e fenômeno urbano no Brasil: considerações gerais. In: DIAS, Celia Maria de Moraes (Org.). **Hospitalidade: reflexões e perspectivas**. Barueri: Manole, 2002. p. 39-56.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, C. **Usabilidade na web: criando portais mais acessíveis**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2003.

DIAS, Maria Berenice. **Conversando sobre homoafetividade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

DIAS, Reinaldo. **Segmentação de Mercado Turístico**. São Paulo: Atlas, 2005.

DOLNICAR, Sara; YANAMANDRAM, Venkata; CLIFF, Katie. The contribution of vacations to quality of life. **Annals of Tourism Research**, v. 39, n. 1, p. 59-83, 2012.

FIANI, Chassitty N.; HAN, Heather J. Navigating identity: Experiences of binary and nonbinary transgender and gender non-conforming (TGNC) adults. In: RICHARDS, Christina; BOUMAN, Walter Pierre; BARKER, Meg-John (Org.). **Non-binary and Genderqueer Genders**. London: Routledge, 2020. p. 63-76.

FIGUEROA-DOMEQ, Cristina et al. Tourism gender research: A critical accounting. **Annals of Tourism Research**, v. 52, p. 87-103, 2015.

FREIRE, Mariana. **Violência contra pessoas trans aumenta no Brasil, aponta relatório**. Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 03 out. 2024.

GNOTH, Juergen. Tourism motivation and expectation formation. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 2, p. 283-304, 1997.

GONZÁLEZ ORTUÑO, Gabriela. Teorías de la disidencia sexual: de contextos populares a usos elitistas. La teoría queer en América Latina frente a las y los pensadores de disidencia sexo genérica. **De Raíz Diversa. Revista Especializada en Estudios Latinoamericanos**, v. 3, n. 5, p. 179-200, 2016.

GRINOVER, Lucio. Nós, A Cidade, A Hospitalidade. **Rosa dos Ventos**, v. 11, n. 1, p. 224234, 2019.

GUARACINO, Jeff; SALVATO, Ed. **Handbook of LGBT tourism and hospitality: A guide for business practice**. New York: Columbia University Press, 2017.

HERDT, Gilbert (Ed.). **Third sex, third gender: Beyond sexual dimorphism in culture and history**. Princeton: Princeton University Press, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Serviços de Hospedagem: 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**.

2. ed. rev. Brasília, 2018.

JÖNSSON, Cecilia; DEVONISH, Dwayne. An exploratory study of factors influencing the travel decision making of persons with disabilities: A trinidadian perspective. **Review of Disability Studies: An International Journal**, v. 4, n. 4, p. 45-55, 2008.

KLEINMAN, Arthur; HALL-CLIFFORD, Rachel. Stigma: a social, cultural and moral process. **Journal of Epidemiology & Community Health**, v. 63, n. 6, p. 418-419, 2009.

LAMAS, Marta. Diferenças de sexo, gênero e diferença sexual. **Cadernos Pagu**, n. 14, p. 122, 2000.

LENNON, Erica; MISTLER, Brian J. Cisgenderism. **TSQ: Transgender Studies Quarterly**, v. 1, n. 1-2, p. 63-64, 2014.

LOMBARDI, Emilia. Varieties of transgender/transsexual lives and their relationship with transphobia. **Journal of Homosexuality**, v. 56, n. 8, p. 977-992, 2009.

LUBITOW, Amy et al. Transmobilities: mobility, harassment, and violence experienced by transgender and gender nonconforming public transit riders in Portland, Oregon. **Gender, Place & Culture**, v. 24, n. 10, p. 1398-1418, 2017.

MONTEERRUBIO, Carlos. Tourism and male homosexual identities: Directions for sociocultural research. **Tourism Review**, v. 74, n. 5, p. 1058-1069, 2019.

MONTEERRUBIO, Carlos; BARRIOS-AYALA, Ariadna. Lesbians' vacation motivations and their involvement in tourism activities: A look from a gendered perspective. **Turismo y Sociedad**, v. 17, p. 33-51, 2015.

MONTEERRUBIO, Carlos; MADERA, Sheilla L. Rodríguez; PÉREZ, Javier. Trans women in tourism: Motivations, constraints and experiences. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, v. 43, p. 169-178, 2020.

MOREIRA, Maria Ignez Costa et al. Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 234-242, 2018.

OCHA, Witchayanee; EARTH, Bryan. Negotiating 'professional' gender identities in Thailand's sex tourism industry. **Gender, Place & Culture**, v. 20, n. 4, p. 532-550, 2013.

OLIVEIRA, Juliana. **Mercado de trabalho e pessoas trans: exclusão e desafios no Brasil**. G1, 2023. Disponível em: <https://www.g1.com.br>. Acesso em: 03 out. 2024.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Turismo para gays e lésbicas: uma viagem reflexiva**. São Paulo: Roca, 2002.

OSORIO, Kevin Luiz Nicolli; HENZ, Aline Patrícia. Turismo LGBT: um estudo acerca das iniciativas no Brasil. **Turismo: Visão e Ação**, v. 23, n. 3, p. 366-384, 2021.

PADILLA, Mark B. et al. Trans-migrations: border-crossing and the politics of body modification among Puerto Rican transgender women. **International Journal of Sexual Health**, v. 28, n. 4, p. 261-277, 2016.

- PELÚCIO, Larissa. Travestis brasileiras: singularidades nacionais, desejos transnacionais. **Reunião Brasileira de Antropologia**, v. 2, p. 1-15, 2008.
- PERES, J. V.; HALLAL, D. R. Hospitalidade a partir dos Gestores Públicos. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-17, 2021.
- PRITCHARD, Annette et al. Sexuality and holiday choices: conversations with gay and lesbian tourists. **Leisure Studies**, v. 19, n. 4, p. 267-282, 2000.
- PUNG, Jessica Mei et al. Transformative travel experiences and gender: A double duoethnography approach. **Current Issues in Tourism**, v. 23, n. 5, p. 538-558, 2020.
- ROBINSON, Peter; HEITMANN, Sine; DIEKE, Peter U. C. (Ed.). **Research Themes for Tourism**. Wallingford: CABI, 2011.
- RODRÍGUEZ-MADERA, Sheilla L. et al. Experiences of violence among transgender women in Puerto Rico: An underestimated problem. **Journal of Homosexuality**, v. 64, n. 2, p. 209-217, 2017.
- RODRÍGUEZ-MADERA, Sheilla. **Gênero trans: Transitando por las zonas grises**. San Juan: Terranova, 2009.
- SILVA, Bernardo José Costa; CARVALHO, Karoliny Diniz. Políticas Públicas de Turismo e Destinos Gay Friendly: Reflexões a partir da Hospitalidade Urbana. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 14, n. 2, p. 1-20, 2022.
- TAN, Qian Hui. Orientalist obsessions: Fabricating hyper-reality and performing hyperfemininity in Thailand's kathoey tourism. **Annals of Leisure Research**, v. 17, n. 2, p. 145-160, 2014.
- TRANSGENDER EUROPE. **Trans Murder Monitoring Report**. 2023. Disponível em: <https://www.tgeu.org>. Acesso em: 03 out. 2024.
- TREVISAN, João Silvério. Turismo e Orientação Sexual. In: BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Social: Uma viagem de inclusão**. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. p. 139-171.

APENDICE**QUESTIONÁRIO – TURISMO E EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS TRANS,
TRAVESTIS E NÃO BINÁRIAS****Parte 1 – Perfil sociodemográfico**

1. Qual a sua identidade de gênero?
 - Mulher trans
 - Travesti
 - Pessoa não binária
 - Homem trans
 - Outro: _____
2. Qual a sua idade?
_____ anos
3. De qual região do Brasil você é?
 - Norte
 - Nordeste
 - Centro-Oeste
 - Sudeste
 - Sul
4. Qual a sua orientação sexual?
 - Heterossexual
 - Homossexual
 - Bissexual
 - Pansexual
 - Assexual
 - Outra: _____
5. Como você se autodeclara em relação à sua raça/cor?
 - Branca
 - Preta
 - Parda
 - Amarela
 - Indígena
 - Prefiro não responder

6. Qual o seu nível de escolaridade?
- Sem escolaridade
 - Ensino fundamental incompleto
 - Ensino fundamental completo
 - Ensino médio incompleto
 - Ensino médio completo
 - Ensino superior incompleto
 - Ensino superior completo
 - Pós-graduação incompleta
 - Pós-graduação completa
7. Qual o seu estado civil?
- Solteira
 - Casada
 - Em união estável
 - Viúva
 - Separada / divorciada
8. Qual a sua ocupação atual?
- Empregada com carteira assinada
 - Autônoma como pessoa jurídica (CNPJ)
 - Autônoma sem pessoa jurídica (sem CNPJ)
 - Empregada estatutária / servidora pública
 - Aposentada / pensionista
 - Desempregada
 - Estudante
 - Outra: _____
9. Qual a sua renda individual mensal aproximada?
- R\$ _____
10. Qual a sua renda familiar mensal aproximada?
- R\$ _____

Parte 2 – Padrões de viagem

11. Com que frequência você viaja a turismo no Brasil?
- Mais de 3 vezes por ano
 - De 1 a 3 vezes por ano

- A cada 2 ou 3 anos
 - Menos de 1 vez a cada 3 anos
 - Nunca viajei a turismo
12. Durante suas viagens, seu interesse costuma ser predominante em qual segmento turístico?
- Sol e praia
 - Turismo cultural
 - Turismo de natureza/ecoturismo
 - Turismo de negócios/eventos
 - Visita a amigos e familiares
 - Outro: _____
13. Você já viajou para as seguintes regiões do Brasil?
- a) Sudeste: Sim Não
 - b) Sul: Sim Não
 - c) Nordeste: Sim Não
 - d) Norte: Sim Não
 - e) Centro-Oeste: Sim Não
14. Quanto ao destino turístico, você costuma pesquisar sobre ele antes de viajar?
- Sempre
 - Na maioria das vezes
 - Às vezes
 - Nunca
15. Além de informações gerais, você procura saber sobre crimes ou violência contra mulheres transexuais, travestis ou pessoas trans, ou se o lugar é seguro?
- Sim, sempre
 - Às vezes
 - Raramente
 - Nunca

Parte 3 – Hospedagem

16. Em que tipo de hospedagem você mais utiliza nas viagens?
- Hotel
 - Pousada
 - Hostel

- Casa de amigos/familiares
 - Imóvel alugado por aplicativo (ex.: Airbnb)
 - Outro: _____
17. Nas hospedagens em que você ficou, já sentiu: (marque todas as opções que se aplicam)
- Insegurança patrimonial (medo de perder bens, furtos, etc.)
 - Insegurança física/sexual
 - Insegurança psicológica (medo, ansiedade, tensão constante)
 - Insegurança moral (humilhações, constrangimentos)
 - Violência patrimonial
 - Violência física/sexual
 - Violência psicológica
 - Violência moral
 - Não senti insegurança nem violência em hospedagens
18. No momento de dar entrada no hotel (check-in), seu nome social e seus pronomes são respeitados?
- Sempre
 - Na maioria das vezes
 - Às vezes
 - Nunca
 - Não se aplica / não utilizo nome social
19. Em hospedagens, algum funcionário já utilizou termos transfóbicos e/ou preconceituosos ao se comunicar com você?
- Sim
 - Não
20. Você já sofreu algum tipo de preconceito de outros clientes no meio de hospedagem em alguma viagem?
- Sim
 - Não
21. Ao buscar amparo da equipe do local onde estava hospedada, você considera que:
- Foi acolhida e o problema foi levado a sério
 - Foi parcialmente acolhida
 - Foi ignorada ou descredibilizada
 - Preferiu não procurar ajuda

Parte 4 – Restaurantes e alimentação

22. No momento de entrar em restaurantes, seu nome social e pronomes são respeitados?
- Sempre
 - Na maioria das vezes
 - Às vezes
 - Nunca
 - Não se aplica / não utilizo nome social
23. Em restaurantes, algum funcionário já utilizou termos transfóbicos e/ou preconceituosos ao se comunicar com você?
- Sim
 - Não
24. Você já sofreu algum tipo de preconceito de outros clientes em restaurantes?
- Sim
 - Não
25. Ao buscar amparo do local onde estava se alimentando, você considera que:
- Foi acolhida e o problema foi levado a sério
 - Foi parcialmente acolhida
 - Foi ignorada ou descredibilizada
 - Preferiu não procurar ajuda

Parte 5 – Atrativos turísticos e circulação

26. Nas suas experiências em atrativos turísticos, você se sentiu bem acolhida e/ou protegida?
- Sempre
 - Na maioria das vezes
 - Às vezes
 - Nunca
27. Em atrativos turísticos, algum funcionário já utilizou termos transfóbicos e/ou preconceituosos ao se comunicar com você?
- Sim
 - Não
28. Você já sofreu algum tipo de preconceito de outros turistas em atrativos ou passeios?
- Sim
 - Não

29. Nas suas viagens turísticas, ao visitar atrativos durante o período da manhã, você se sente segura?
- Sempre
 - Na maioria das vezes
 - Às vezes
 - Nunca
30. Nas suas viagens turísticas, ao visitar atrativos durante o período da noite, você se sente segura?
- Sempre
 - Na maioria das vezes
 - Às vezes
 - Nunca
31. Nas suas viagens turísticas, você costuma sair à noite?
- Sempre
 - Às vezes
 - Raramente
 - Nunca
32. Nas suas viagens turísticas, você costuma sair durante o dia?
- Sempre
 - Às vezes
 - Raramente
 - Nunca
33. Durante viagens (deslocamentos, passeios, deslocamento entre cidades), você já sentiu: (marque todas as opções que se aplicam)
- Insegurança patrimonial
 - Insegurança física/sexual
 - Insegurança psicológica
 - Insegurança moral
 - Violência patrimonial
 - Violência física/sexual
 - Violência psicológica
 - Violência moral
 - Não senti insegurança nem violência em deslocamentos/viagens

Parte 6 – Avaliação geral da segurança e da viagem

34. Nas suas experiências turísticas, você considera o Brasil um local seguro para pessoas trans, travestis e não binárias?
- Sim
 - Parcialmente
 - Não
 - Não sei avaliar
35. Qual meio de transporte você mais utiliza para fazer viagens turísticas?
- Ônibus rodoviário
 - Avião
 - Carro próprio
 - Carro de terceiros / carona
 - Aplicativos de transporte / transporte por aplicativo
 - Outro: _____
36. Com quem você costuma viajar?
- Sozinha
 - Com amigas/os
 - Com parceira/o
 - Com familiares
 - Excursão / grupo organizado
 - Outro: _____
37. Para quais locais você costuma viajar? (cidades ou regiões)
-
38. Nas suas viagens turísticas, você já enfrentou algum tipo de preconceito?
- Sim
 - Não
- Se sim, descreva brevemente a situação: